



2004/06/11

## Os SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES NO COMBATE AO TERRORISMO

*António Silva Ribeiro*

### INTRODUÇÃO

No final da década de 80 o mundo ocidental, entre a surpresa e a ilusão, contemplava em directo, nas televisões, a queda do muro de Berlim. Seguiu-se a dissolução do Pacto de Varsóvia e a desintegração da União Soviética, fenómenos que, em conjunto, fizeram desaparecer as grandes ameaças que pesavam sobre o Ocidente desde o fim da II Guerra Mundial. A Guerra Fria, que havia regulado durante todo esse tempo a dinâmica das políticas externas e de defesa, desvaneceu-se finalmente, abrindo campo ao florescimento da esperança no estabelecimento de uma nova ordem mundial pacífica, com maior justiça e progresso, baseada na cooperação internacional e previsivelmente dominada por uma única superpotência.

Da mesma forma que 1914 marca o começo real do século XX, afirmou-se que, em Outubro de 1989 havia começado, na realidade, o século XXI. Chegou mesmo a referir-se que assistíamos ao “Fim da História”. Ao mesmo tempo que se desvanecia a “grande ameaça”, começou a substituir-se o termo “ameaça” por “riscos”. Afirmou-se que havíamos passado de um mundo condicionado por uma grande ameaça, mas sem riscos, para outro sem ameaças mas com muitos riscos. Neste contexto, sentiu-se necessidade de redefinir o papel que deviam desempenhar organizações como a NATO, que tinham sido essenciais na velha ordem mundial. Muitos países reduziram os orçamentos de defesa, os contingentes militares e o esforço de pesquisa de informações, apostando decididamente na defesa compartilhada. Parecia que o mundo ocidental podia começar a desfrutar o que se chamou, eufemisticamente, os “dividendos da paz”.

Porém, apenas dez anos depois desses sucessos, o mundo voltou a ser surpreendido por outro acontecimento igualmente histórico que, como os anteriores, condicionou de novo as políticas de segurança e defesa dos aliados. No 11 de Setembro de 2001 todos ficámos subitamente aterrorizados perante as imagens que nos chegaram via televisão a partir de Washington e Nova Iorque. No imediato não encontramos explicações para o que presenciámos em directo. Todavia, a partir de então foram gastos rios de tinta na análise dos factos e das suas consequências. Já não se afirma que o século XXI começou em Outubro de 1989. Considera-se, antes, que teve início, súbito e brutal, numa manhã de Setembro de 2001. Políticos de todo o mundo fizeram discursos sobre o ocorrido nessas duas horas do fatídico dia 11 de Setembro de 2001, a partir das quais se sucederam vertiginosamente os acontecimentos e as mudanças da ordem internacional, resultantes de a principal potência mundial ter desencadeado a chamada “guerra global” contra o terrorismo.

Desvanecidas as perspectivas ilusórias de um novo século de paz, que acreditávamos ter começado em 1989, as sociedades ocidentais começaram a alterar as suas formas de pensar, reconheceram a existência de uma nova ameaça sem fronteiras, que afecta todos, razão pela qual deve ser combatida. Em consequência, a maior parte dos países ocidentais teve que abrir um novo capítulo nos trabalhos de reestruturação dos seus serviços de informações, para integrar as consequências que derivam da nova ameaça e do seu combate à escala global.

### O TERRORISMO

Antes do 11 de Setembro o terrorismo já era considerado um dos riscos a enfrentar na sequência do desaparecimento da grande ameaça soviética. Os actos terroristas de diversa índole sucediam-se de forma continuada e os responsáveis políticos dos países afectados, clamavam pela necessidade de se estabelecerem procedimentos internacionais contra esta ameaça à democracia, de cujas liberdades se aproveita, para provocar actos de violência calculada sobre indivíduos, grupos sociais ou massas, cujo

impacto psicológico desencadeia medo. Apesar disso, só com o 11 de Setembro a generalidade dos governantes compreendeu definitivamente a realidade do fenómeno.

Com efeito, só nessa ocasião perceberam que o terrorismo não era um problema menor que afectava alguns países e que, por isso, tinha consequências localizadas. A magnitude dos atentados do 11 de Setembro, o facto de ter atingido o coração da superpotência e de ter sido visionado em directo pela TV em todo o mundo, produziu um efeito de choque e, conseqüentemente, uma alteração na compreensão do terrorismo e na forma de o enfrentar. Foi assim que, da concepção do terrorismo considerado com alcance e efeitos limitados, se passou à concepção do terrorismo potencialmente ilimitado, que afecta todos os países e que deve ser enfrentado de forma decidida, antes que se agigante ainda mais.

## O FENÓMENO

Para se analisar o terrorismo é necessário, em primeiro lugar, definir o fenómeno. Esta tarefa não é pacífica, como atesta o esforço da ONU, no quadro do seu projecto de elaboração de uma Convenção Global contra o Terrorismo.

Para ultrapassar as polémicas podemos recorrer à definição do que se considera um acto de terrorismo, como via para identificar os grupos terroristas. Assim, podemos partir da definição adoptada no seio da UE, que considera acto terrorista: Todo o acto cometido por pessoas ou grupos de pessoas que utilizam a violência ou ameaçam utilizar a violência contra um país, as suas instituições, a sua população em geral ou contra pessoas concretas, e que, por aspirações separatistas, concepções ideológicas extremistas ou fanatismo religioso, ou inspirados por objectivos de lucro, procuram impor um clima de terror aos poderes públicos, a determinadas pessoas ou grupos sociais, ou à população em geral. Também refere a UE que constantemente aparecem novas formas de actividades terroristas que, como o terrorismo informático, visam destruir ou deteriorar sistemas informáticos como as bases de dados civis ou militares, ou sistemas de telecomunicações, com o fim de destabilizar o Estado ou exercer pressão sobre os poderes públicos, ou ainda o terrorismo ambiental que persegue os mesmos objectivos.

Embora sejam terroristas todos os que exercem estes actos com os fins definidos, devemos traçar uma linha divisória entre o terrorismo interno e o de origem externa. O combate ao terrorismo deve abarcar ambos, pois não se pode fazer, nem ética nem politicamente, uma distinção entre nenhum tipo de terrorismo. Importa, no entanto, ter presente que, enquanto a luta contra o terrorismo interno exige a intensificação de todas as formas de combate usadas até agora, a luta contra o terrorismo externo requer dos serviços de informações um empenhamento qualitativa e quantitativamente distinto, que se afasta das funções que tradicionalmente têm atribuídas.

O combate ao terrorismo é um conflito de larga duração, que rejeita o princípio do equilíbrio entre opositores, aspecto sempre presente nos conflitos do passado<sup>1</sup>. Com efeito, o terrorismo é agora protagonizado por um novo inimigo: móvel e transnacional, que abriu uma nova era polemológica – a dos conflitos assimétricos, onde a base sobre a qual se estrutura o oponente pode não ser um Estado-nação, mas uma ideologia ou uma religião. No combate ao terrorismo o inimigo organiza-se para transformar a maior potencialidade dos países ocidentais, nomeadamente a liberdade e a abertura, em fraqueza. Nele procura, principalmente, uma desproporção extraordinária entre os meios usados e os resultados conseguidos, criando um efeito psicológico de terror<sup>2</sup> nas sociedades ocidentais, de forma a que estas pressionem os seus governos na direcção pretendida pelos terroristas.

Tenho utilizado deliberadamente o termo conflito em substituição da designação corrente de “guerra”, porque considero esta palavra não deve ser associada ao terrorismo. Com efeito, declarar e travar uma guerra contra o terrorismo é conferir aos terroristas o estatuto e a dignidade de beligerantes, que possuem associados uma legitimidade inaceitável. Os terroristas são criminosos e assim devem ser considerados pela opinião pública e pelas autoridades. Porém, a rejeição do termo “guerra” não é apenas uma questão de semântica ou de legalidade. Resulta de outras considerações importantes. Declarar que se está em guerra, fomenta um efeito psicológico na opinião pública, que é contraproducente face ao objectivo pretendido, porque eleva as expectativas e as exigências de realização de acções militares espectaculares contra inimigos bem definidos. Ora, o combate ao terrorismo não é nada assim! Exige, em primeiro lugar e acima de tudo, paciência e determinação, para além de segredo, boas informações, sagacidade política, descrição no uso da força, e que as acções cobertas dos serviços de informações permaneçam secretas.

## O INIMIGO E OS SEUS OBJECTIVOS E MEIOS

Diz Sun Tzu, na sua Arte da Guerra: “Se conhecermos o inimigo e nos conhecermos a nós próprios, seremos cem vezes vitoriosos, caso contrário as nossas batalhas serão contadas pelas nossas derrotas”. Por isso, e relativamente às organizações terroristas, temos de encontrar resposta para perguntas como: quem são? o que as motiva? que alvos escolhem? com que meios contam?

As respostas a estas questões, da responsabilidade primária dos serviços de informações, são essenciais

para planear o combate eficaz ao terrorismo, de forma a podermos desfrutar de maior segurança.

Quem são?

Independentemente das causas que provocam a aparição e o desenvolvimento do terrorismo, a realidade é que os serviços de informações se defrontam com organizações complexas<sup>3</sup>, que abandonaram a tradicional estrutura piramidal, para adoptarem um modelo organizativo de rede ou malha onde, devido às possibilidades que oferecem as actuais tecnologias da informação, o comando e controlo por parte dos seus dirigentes permite a transnacionalidade, a discrição das comunicações, a estanqueidade das células de activistas e, acima de tudo, a segurança da própria organização terrorista. Este tipo de estrutura dificulta imenso a pesquisa de informações preemptivas<sup>4</sup>.

Desta forma, as organizações terroristas podem estabelecer células dormentes, perfeitamente integradas e invisíveis nas sociedades ocidentais, cuidadosamente compartimentadas para dificultar o trabalho dos serviços de informações. Essas células apenas aguardam por ordem que determine o objectivo e o procedimento, para activar os meios necessários à acção. São mantidas com base em rigorosos critérios económicos empresariais.

Neste âmbito não se pode abordar o fenómeno terrorista sem considerar a sua estreita relação com o crime organizado, com as organizações de carácter transnacional que, através do branqueamento de dinheiro e do tráfico ilegal de pessoas, drogas e armas, fazem negócios que superam o produto interno bruto de alguns países. A sua arma mais valiosa é o poder económico. Com a extorsão compram vontades, corrompem pessoas dentro das mais diferentes organizações públicas ou privadas, e adquirem armamento e equipamento de última geração tecnológica. Da convergência entre o terrorismo e o crime organizado, ambos os sectores saem beneficiados. Enquanto os grupos terroristas têm acesso a dinheiro, pessoal mais qualificado, a novas tecnologias e a armamento diversificado, o crime organizado beneficia do clima de instabilidade criado pelos terroristas para levar a cabo as suas acções ilegais.

O que as motiva?

No que respeita aos indivíduos que pertencem às organizações terroristas, merece uma menção especial a figura do suicida, dotado de uma mescla de fé, de fanatismo e de violência, que alimenta a psicologia de quem decide imolar-se por uma causa, infligindo o maior número de vítimas possível. O aspirante a terrorista é escolhido e recrutado de qualquer segmento da sociedade, seja islâmica ou não, desde licenciados com uma sólida formação universitária, até analfabetos dos bairros mais deprimidos, desde indivíduos com um acentuado carácter religioso, até aos descontentes sociais. Numa etapa posterior e, depois de um treino mínimo, o terrorista recebe o endoutrinação necessário e a promessa da mais formosa das mortes. Só lhes resta, por isso, esperar pelo momento adequado.

Relacionado com o fenómeno do terrorismo suicida, parece necessário assinalar as diferenças mais notáveis entre o terrorismo derivado de crenças religiosas, do tradicional, que tem como base motivos políticos ou económicos:

Enquanto o terrorismo tradicional sabia da imoralidade das suas acções, embora as justificasse para alcançar um fim, o terrorismo religioso considera a violência como um dever divino. Como se mata em nome de Deus, a discussão ética é impossível.

A crueldade e efeitos dos seus atentados, tanto psicológicos como de vítimas e danos materiais, são tremendamente superiores. A razão fundamenta-se, principalmente, nos diferentes mecanismos de justificação, escala de valores, conceitos de moralidade e visão do mundo, que o terrorismo religioso tem sobre o laico.

Enquanto o terrorismo tradicional procurava a publicidade com as suas acções e, por isso, desejava que fossem conhecidas pelo maior número de pessoas com o menor número de vítimas, o terrorismo actual pretende assassinar o maior número de pessoas sem se preocupar com as audiências. Assim acontece, porque não tem necessidade que os seus actos sejam aceites pela opinião pública. Na realidade, a audiência de um terrorista animado por motivos religiosos é apenas Deus. Por outro lado, não necessita de conquistar a simpatia e o apoio da sociedade, porque uma parte desta já o considera como seu representante na luta em que participa. Esta é a legitimidade para o terrorismo mais indiscriminado, sem limites de qualquer natureza ao exercício da brutalidade.

Que alvos escolhem?

As organizações e os indivíduos envolvidos no terrorismo podem alterar alvos selectivos com outros de carácter indiscriminado, sejam civis ou militares. Poderemos considerar como alvos especialmente prováveis, que requerem particular atenção dos serviços de informações:

As aglomerações de pessoas na ocasião de eventos desportivos, festas nacionais, centros comerciais ou de lazer, parques temáticos, etc.

As instalações militares mais significativas, como quartéis-generais, grandes bases aéreas ou navais, para além de objectivos pontuais como navios de guerra em águas restritas ou aeronaves militares em fase de aproximação ou descolagem da pista.

As infraestruturas especiais, que proporcionam os serviços de telecomunicações, de energia, de gás, e de água potável aos grandes centros urbanos.

Os eventos de especial relevância, como cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, reuniões de organizações económicas, etc.

Refinarias, depósitos de combustível, instalações nucleares, indústrias que trabalham com gases ou materiais tóxicos.

Redes informáticas e de telecomunicações.

Os interfaces e os meios de comunicações, terrestres, aéreos e marítimos.

Com que meios contam?

Para levar a cabo as suas acções os grupos terroristas podem ter acesso a todo um leque de meios que vão desde o armamento tradicional, até ao uso de explosivos da última geração. Por outro lado, fruto da sua interacção com o crime organizado, também possuem os mais modernos meios informáticos e de comunicações.

Deve merecer especial atenção dos serviços de informações o potencial uso de armas de destruição massiva (química, biologia, nuclear e radiológica). Com efeito, embora no passado este tipo de armamento tenha desempenhado um papel dissuasório entre Estados, na actualidade este efeito foi superado, porque os grupos terroristas levam a cabo as suas acções sem obedecerem a qualquer bandeira.

Acresce que a viabilidade logística na aquisição, distribuição e uso das armas de destruição massiva por parte dos grupos terroristas, torna-a uma questão de suma transcendência, o que leva a considerar como inimigos os governos ou Estados proliferadores irresponsáveis.

## PAPEL DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

Chegados a este ponto, é altura de nos interrogamos sobre o tipo de consequências que o fenómeno terrorismo tem sobre as nossas sociedades e como é que os serviços de informações podem contribuir para a segurança.

Para responder à primeira questão de forma precisa, vou recorrer a um conceito operacional bem conhecido no âmbito militar. Refiro-me ao conceito de centro de gravidade, isto é, o ponto da estrutura de poder de um actor que, uma vez afectado, leva à derrota. Neste contexto, é possível considerar como centro de gravidade das sociedades democráticas ocidentais a segurança, entendida na sua concepção mais ampla. Isto é, como o estado de tranquilidade que garante os direitos, permite desenvolver as actividades e faculta os níveis de bem estar sem riscos elevados.

São três os factores que alimentam o desânimo e a ansiedade quase insuperável associada à falta de segurança: a percepção de incapacidade de defesa; a incerteza; o sentimento profundo de impotência. O resultado desta mistura de sentimentos é o terror. Quando é sentido pelas sociedades, estas exigem respostas de poder dos seus governos, que, para esse efeito, recorrem às estruturas orgânicas com os meios humanos e materiais e com o conhecimento necessário para fazer face à ameaça.

No pós 11 de Setembro, a única resposta eficiente, capaz de evitar o terror dos norte americanos, resultou das sinergias cooperativas entre as Forças de Segurança, as Forças Armadas e os Serviços de Informações dos EUA. Estas três instituições, sob estreita coordenação dos organismos para gestão de crises, ao serem protagonistas de excepção na prevenção e no combate ao terrorismo, assumiram um papel determinante na segurança norte americana.

Em seguida analisarei apenas alguns aspectos relativos ao contributo dos serviços de informações para a segurança. Desejo, no entanto, clarificar que a resposta à ameaça terrorista é muito ampla e exige empenhamentos diversificados, que ultrapassam largamente a estreita margem associada à visão estratégica que vos apresento.

O contributo dos serviços de informações no combate ao terrorismo pode ser sistematizado em quatro tarefas distintas: reduzir a ameaça terrorista, eliminando-a ou desarticulando-a; reduzir a vulnerabilidade a

ataques terroristas; apoiar outras entidades a gerir as consequências de atentados; e providenciar aconselhamento na área da protecção de segurança.

Perante um auditório tão esclarecido sobre o tema em análise, dispenso-me de fazer considerações sobre os modos e meios de actuação dos serviços de informações no desempenho destas quatro tarefas. Parece-me mais interessante referenciar os obstáculos ao seu desempenho eficaz, para concluir recomendando algumas medidas que poderão ajudar a combater o terrorismo.

Um dos principais problemas associado ao emprego dos serviços de informações neste combate resulta da falta de coordenação institucional e internacional. Os países, internamente, tardam a desenvolver estruturas que coordenem os seus serviços. No plano externo, a NATO e a UE não criaram as estruturas necessárias à coordenação dos serviços dos países membros. É curioso notar que existem quartéis-generais e foram criadas forças militares “on call” para as novas missões dos pós guerra-fria. Porém, nem o 11 de Setembro foi suficiente para que os aliados considerassem a possibilidade de coordenação dos seus serviços de informações, no quadro das alianças de defesa em que participam. A situação na Europa é preocupante, porque não só não existe uma estratégia comum de combate ao terrorismo, como os serviços de informações dos diferentes países, actuam sem a necessária coordenação.

Por outro lado, existe uma diversidade de conceitos, formas e métodos de acção dos serviços de informações europeus, que dificultam a sua interoperabilidade. Com efeito, nem todos têm departamentos de combate ao terrorismo. Também se verifica que alguns serviços de informações não conferem a necessária importância ao combate ao crime organizado e à proliferação de armas de destruição massiva.

A falta de confiança bilateral e multilateral é outro importante obstáculo à efectividade das acções dos serviços de informações. Com efeito, por um lado, os países europeus desconfiam que os serviços de informações aliados fazem espionagem nos seus territórios. Por outro lado, consideram que as informações obtidas pelos seus serviços de informações devem permanecer secretas, pelo que não só não as partilham com países amigos, como rejeitam ideias tendentes ao desenvolvimento de centros comuns de análise que sirvam a NATO e a UE.

Também as rivalidades internas entre serviços de cada país se constituem como factores limitadores do seu desempenho no combate ao terrorismo. Assim acontece, porque tais disputas dificultam a partilha e análise de informações e a adequada coordenação. Este problema é agravado pelo facto de as competências entre serviços civis e militares normalmente não se encontrarem bem definidas e eficientemente ajustadas.

Por fim saliento que, de uma forma geral, os responsáveis políticos europeus não parecem ter desenvolvido uma consciência estratégica relativamente ao combate ao terrorismo, semelhante à dos seus congéneres norte americanos. Nem mesmo os atentados de 11 de Março, em Madrid, modificaram substancialmente as atitudes e sensibilidades dos europeus sobre os direitos e liberdades individuais dos cidadãos, facto que impede o desenvolvimento dos quadros legais apropriados à actuação dos serviços de informações no combate à ameaça terrorista.

## ACÇÕES POTENCIADORAS

Para que os serviços de informações possam ter um papel de maior relevo no combate ao terrorismo, parece-me importante que:

Em cada país sejam criados centros especializados no combate ao terrorismo, capazes de coordenar os esforços dos diferentes departamentos com responsabilidades de segurança.

A nível internacional, sobretudo na NATO e na UE, sejam criados departamentos de informações capazes de contribuir para o combate ao terrorismo, que adoptem uma estratégia operativa comum e disponham de bases de dados comuns.

Em cada país sejam claramente identificadas as competências dos serviços de informações civis e militares no combate ao terrorismo. Neste contexto, afigura-se relevante, não só, uma revisão da legislação interna de cada país, mas igualmente a definição das capacidades operacionais de resposta de cada serviço.

A interoperabilidade dos serviços de informações seja objecto de melhorias significativas, tanto a nível interno, como em ambientes multinacionais, a exemplo daquilo que a NATO tem conseguido para as forças militares.

O crime organizado, em especial os tráficos de droga e de armas de destruição massiva e a lavagem de dinheiro, por potenciarem as actividades e efeitos das acções dos grupos terroristas, sejam objecto de especial atenção dos serviços de informações.

Os recursos humanos dos serviços de informações sejam da melhor qualidade, o que implica capacidade financeira para competir no mercado de trabalho, recrutando e mantendo nos seus quadros os mais aptos.



As redes de pesquisa de informações no exterior sejam desenvolvidas e mantidas com um nível de actuação compatível com a natureza da ameaça terrorista.

Disponham de grupos secretos para actuação no exterior, dedicados à identificação e neutralização de alvos terroristas e à constituição e sustentação daquelas redes.

Esta última medida, pela sua sensibilidade, carece de alguma explicação complementar. Estes grupos estão especialmente aptos para combater os terroristas sem recurso a forças regulares e a infra-estruturas permanentes. São, na sua essência, uma força especial militarizada irregular, que integra combatentes de alta rusticidade, adaptabilidade e astúcia. A constituição destes grupos torna os serviços de informações muito mais eficazes, porque permite ultrapassar a barreira clássica da pesquisa de informações cobertas, para passarem a intervir directamente no conflito.

Os responsáveis políticos e militares não vêm com bons olhos estes grupos, e consideram que as forças especiais estão perfeitamente preparadas para realizar as tarefas acima anunciadas. Por vezes, até, se desenvolvem rivalidades que levam à constituição de unidades organicamente semelhantes, que reportam aos chefes militares. Porém, acontece que os grupos secretos dos serviços de informações têm uma forma de actuação muito menos formal em termos de procedimentos logísticos, operacionais e administrativos, que as forças especiais. Para além disso, como dispõem de grande flexibilidade, conseguem congregiar apoio local<sup>51</sup>. Por outro lado, o pessoal que integra esses grupos, para além da experiência militar em forças especiais, tem de possuir: grande conhecimento dos locais onde vai actuar; facilidade de aprender línguas; total disponibilidade no campo da formação específica, e é sujeito a uma demorada preparação onde aprende as técnicas de infiltração clandestina em países e organizações hostis, os códigos de comunicações, a recuperação de mensagens, o recrutamento de agentes, a vigilância, o contra-terrorismo e o salvamento de reféns.

Para terminar desejo partilhar convosco uma ideia síntese da relação entre o terrorismo, a segurança e os serviços de informações.

Por mais sucessos que os serviços de informações tenham no combate ao terrorismo, nunca poderemos assumir uma segurança completa. Porém, esta limitação não deve constituir motivo para alarme. Trata-se, apenas, de estarmos alerta. Alerta como cidadãos e alerta em todos os serviços com responsabilidades no sector da segurança.

1 Na era industrial, para se travar uma guerra era necessário grandes forças armadas e economias sólidas.

2 Os terroristas usam o terror como método. A violência é politicamente motivada contra pessoas inocentes.

3 Mammingham-Buller, Eliza, «Countering Terrorism», *Rusi Journal*, Agosto de 2003, p. 10, refere que a estrutura organizativa da Al Qaeda difere significativamente de muitos dos grupos terroristas que o Security Service e os seus parceiros estudaram. Afirma que possui um núcleo director global das operações, onde se situa Osama bin Laden e os seus ajudantes mais próximos. Este núcleo é apoiado por um grupo relativamente restrito de terroristas e outros colaboradores. A sua responsabilidade inclui o planeamento e financiamento dos ataques terroristas. Para além deles existem redes de terroristas e de simpatizantes cujas ligações à Al Qaeda e à liderança é mais ténue. Partilham muitos dos objectivos da Al Qaeda, mas podem ter laços mais fortes com grupos terroristas nacionalistas e islamistas. Segundo a autora citada, o sucesso da Al Qaeda deve-se à capacidade de realizar alianças e parcerias com um leque diversificado de grupos. É este tipo de estrutura que dificulta imenso a obtenção de informações preemptivas.

4 Mammingham-Buller, Eliza, ob.cit., p. 10.

5 Como aconteceu em 2001 no Afeganistão, onde algumas centenas de militares dos EUA com operacionais da CIA, enquadraram forças locais e, com forte apoio aéreo norte-americano, derrubaram o regime Taliban e negaram à Al Qaeda o uso do território daquele país base.como

1 Como aconteceu em 2001 no Afeganistão, onde algumas centenas de militares dos EUA com operacionais da CIA, enquadraram forças locais e, com forte apoio aéreo norte-americano, derrubaram o regime Taliban e negaram à Al Qaeda o uso do território daquele país como base.